IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS ATORES NO ECOSSISTEMA DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS CATARINENSE

[1]Willian Vieira Almerindo

Palavras-chave: ANPROTEC; Ecossistema de inovação; FAPESC; Incubadoras de empresas; Políticas públicas

O trabalho analisa o papel das políticas públicas estaduais e a atuação dos atores públicos no ecossistema de incubação de empresas em Santa Catarina, considerando sua evolução e relevância para o desenvolvimento econômico e social do estado. O objetivo geral é analisar o impacto das políticas estaduais e da atuação de FAPESC, ANPROTEC, governo estadual e municipais e SEBRAE no desempenho das incubadoras catarinenses. Especificamente, busca-se caracterizar o contexto e modelos de gestão, identificar políticas públicas e programas de apoio, além de avaliar impactos e desafios do ecossistema catarinense. A metodologia envolveu revisão de literatura, análise documental de políticas públicas e programas de fomento, bem como entrevistas com gestores de incubadoras do estado, utilizando dados do mapeamento nacional da ANPROTEC e MCTI. Os resultados apontam que a Lei de Inovação Catarinense (Lei nº 14.328/2008) estabeleceu um marco jurídico favorável; a FAPESC exerce papel central no financiamento; a ANPROTEC e o SEBRAE estruturaram o modelo CERNE como referência nacional de gestão; governos estaduais e municipais apoiam com centros de inovação, incentivos fiscais e infraestrutura; e o SEBRAE oferece capacitação e redes estratégicas. Modelos como o MIDIHUB e o MIDITEC se destacam pela robustez e reconhecimento internacional. Contudo, permanecem desafios relacionados à autonomia jurídica, gestão da propriedade intelectual e diversificação das fontes de financiamento. Conclui-se que a sinergia entre legislações eficazes e ação coordenada dos atores públicos impulsiona a sustentabilidade e competitividade do ecossistema catarinense de incubação de empresas.

[1]Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP em forma associativa entre a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, da Universidade do Contestado – UNC, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE,. E-mail: will.almerindo@uniplaclages.edu.br

Keywords: ANPROTEC; Business incubators; FAPESC; Innovation ecosystem; Public policies

The study examines the role of state public policies and public actors in the business incubation ecosystem of Santa Catarina, considering its evolution and relevance for the state's economic and social development. The general objective is to analyze the impact of state policies and the performance of FAPESC, ANPROTEC, state and municipal governments, and SEBRAE on the effectiveness of incubators in Santa Catarina. Specifically, the research aims to characterize the context and management models, identify public policies and support programs, and assess impacts and challenges of the regional ecosystem. The methodology involved a literature review, documentary analysis of public policies and funding programs, as well as interviews with incubator managers across the state. Data were also drawn from the national mapping conducted by ANPROTEC and MCTI.The findings highlight that the Santa Catarina Innovation Law (Law No. 14,328/2008) established a favorable legal framework; FAPESC plays a central role in financing; ANPROTEC and SEBRAE structured the CERNE model as a national management reference; state and municipal governments contribute with innovation centers, tax incentives, and infrastructure; and SEBRAE provides training and strategic networks. Successful models such as MIDIHUB and MIDITEC stand out for their robustness and international recognition. Nevertheless, challenges remain regarding legal autonomy, intellectual property management, and diversification of funding sources. The study concludes that the synergy between effective legislation and coordinated action by public actors fosters the sustainability and competitiveness of Santa Catarina's business incubation ecosystem.

REFERÊNCIAS

ANPROTEC; MCTI. **Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no Brasil.** Brasília: ANPROTEC, 2019.

SANTA CATARINA**. Lei nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008**. Institui a Lei Catarinense de Inovação. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14328_2008_lei.html . Acesso em: 19 ago. 2025